

AVALIANDO OS GASTOS TURÍSTICOS NO NORDESTE EM 2011: SIMULAÇÕES COM UM MODELO INTERREGIONAL DE INSUMO-PRODUTO

Luiz Carlos de Santana Ribeiro (CEDEPLAR/UFMG)
Emerson Olivier Vieira da Silva (Faculdade São Luís de França-Sergipe)
José Roberto de Lima Andrade (DEE/UFS)

RESUMO

O objetivo deste artigo é estimar os impactos econômicos dos gastos turísticos realizados na região Nordeste no ano de 2011 e seus efeitos sobre a estrutura produtiva dos estados. Estimou-se também o impacto na desigualdade regional. Para isso, utiliza-se a matriz de insumo-produto interregional, calibrada para o ano de 2004, construída para os nove estados nordestinos e para o resto do Brasil. Os principais resultados revelam que os gastos turísticos realizados na região Nordeste em 2011 foram responsáveis pelo aumento de 3,9% do PIB nordestino, com destaque para os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. No entanto, a análise setorial indicou efeitos de vazamentos significativos para o resto do Brasil, principalmente dos segmentos industriais. Por outro lado, os gastos turísticos contribuíram, mesmo que marginalmente, para redução da desigualdade regional, uma vez que o índice de GINI apresentou uma queda de 0,16%.

Palavras-chave: Gastos turísticos; Insumo-produto; região Nordeste.

ABSTRACT

This paper aims to estimate the economic impacts of touristic expenditures in the Northeast region in 2011 and their effects in the states' productive structure. We also estimate the impact on regional inequalities. To do so, we use an inter-regional input-output matrix, calibrate to 2004, built for the nine northeastern states and the rest of Brazil. The main results show that the tourist expenditures in the Northeast in 2011 were responsible for the increase of 3.9% of the Northeast's GDP, especially the states of Bahia, Pernambuco and Ceará. However, the sectorial analysis indicated significant spillovers effects to the rest of Brazil, especially from industries. On the other hand, tourist spending contributed, even if marginally to reduce regional inequalities, since the GINI index decreased 0.16%.

Keywords: Touristic expenditures; Input-output; Northeast region.

Jel-codes: C67; L83; R58.

1 INTRODUÇÃO

O turismo, entendido no sentido mais amplo como um conjunto de atividades econômicas que possibilitam o deslocamento e a permanência de pessoas fora dos seus locais habituais, tem adquirido cada vez mais importância na economia brasileira, devido principalmente ao aumento do número de viagens domésticas. Segundo estudo realizado pelo MTUR/FIPE (2012) estima-se em 58,9 milhões o número de pessoas que realizam alguma viagem no Brasil. Se considerarmos as viagens rotineiras e não rotineiras, o total de viagens no Brasil é estimada em 347,076 milhões .

A análise da distribuição regional das viagens domésticas no Brasil apontam a região Nordeste como a região que apresenta uma relação predominantemente receptiva (relação emissor/receptivo de 0,9). A região que representa 30% do total de receptivo, é responsável por 30,8% das receitas do turismo doméstico (MTUR/FIPE 2012).

Souza; Silveira Neto (2008, p.3) argumentam que o Nordeste possui alta “complementariedade climática e geográfica tanto em relação aos países de renda mais elevada, como com respeito aos estados mais ricos do país”. Essas características regionais, além da diversidade de seus atrativos naturais e culturais, contribuem com o potencial turístico da região tanto para turistas domésticos quanto para estrangeiros.

As discussões sobre os impactos econômicos do turismo no Brasil se intensificaram no início dos anos 1990, com trabalhos pioneiros de Ablas (1992) e Azzoni (1993). No que remete a estimativa desses impactos, merece destaque o estudo de Casimiro filho; Guilhoto (2003), que construíram uma das primeiras matrizes de insumo-produto de turismo do Brasil.

O impacto econômico da atividade turística pode ser medida a partir da utilização de diferentes instrumentos. Os mais utilizados são os modelos econométricos (ANDRADE, 2003; AZZONI; MENEZES, 2009), os modelos de insumo-produto (IP) (ARCHER, 1995; FLETCHER, 1989; HADDAD; PORSSE; RABAHY, 2013; PRATT, 2015) e os modelos de equilíbrio geral computável - EGC (BLAKE et al., 2011; TAYLOR, 2010; VIANA; DOMINGUES; DINIZ, 2014). Stynes (1997) argumenta que a utilização de métodos de análise são importantes ferramentas para dar suporte na tomada de decisões do ponto de vista de planejamento turístico.

De forma geral, como o turismo é formado por um conjunto de diferentes atividades econômicas, a utilização de modelos multissetoriais se torna mais apropriada. Mais especificamente, para análises de impacto do turismo, os modelos de EGC estão sendo mais recomendados pela literatura internacional do que os modelos de IP (TAYLOR, 2010; ZHOU et al., 1997). No entanto, uma das principais vantagens de IP em relação a EGC é a facilidade tanto em relação à organização dos dados em forma matricial quanto sua operacionalização. Além disso, os modelos de EGC são baseados em pressupostos restritivos de comportamento de otimização dos agentes e equilíbrio de mercado (ROSE, 1995).

O objetivo deste artigo é estimar os impactos macroeconômicos, regionais e setoriais dos gastos turísticos realizados no Nordeste em 2011. Adicionalmente, o estudo também avalia seus efeitos sobre a desigualdade regional. Para isso, utiliza-se a matriz de insumo-produto interregional (GUILHOTO et al., 2010), calibrada para o ano de 2004, construída para os nove estados nordestinos e para o resto do Brasil.

É importante salientar que a região Nordeste apresenta uma forte disparidade intrarregional e intersetorial (PEROBELLI; DOMINGUES; RIBEIRO, 2013). Isto, por sua vez, reflete na

forma como o impacto do gasto turístico se distribui na cadeia produtiva nordestina. Mais que isso, Domingues; Ribeiro (2014) argumentam que apesar da queda na desigualdade regional no Brasil nos últimos anos, o Nordeste ainda é a região mais desigual em termos intrarregionais. Nesse sentido, será que o turismo contribui para a melhoria da distribuição de renda nessa região?

O restante desse trabalho está dividido da seguinte forma: A próxima seção apresenta brevemente o modelo de insumo-produto. A terceira seção apresenta a base de dados e o tratamento das variáveis. A quarta seção discute os principais resultados encontrados. Na quinta seção são feitas as considerações finais.

2 O MODELO DE INSUMO-PRODUTO

A cadeia produtiva do turismo envolve diferentes atividades econômicas que se relacionam com o restante da economia. A matriz de insumo-produto, ao longo do tempo, vem se constituindo uma importante ferramenta para mensurar e analisar as inter-relações entre os setores e auxiliar os formuladores de políticas a direcionar esforços para elaborar ações que vão desde incentivos a investimentos do setor privado até investimentos em infraestrutura pública que proporcionem dinâmica à economia local tendo como consequência desenvolvimento econômico. De acordo com Miller; Blair (2009), o modelo básico de insumo-produto pode ser especificado como:

$$AX + Y = X \quad (1)$$

Em que A é a matriz de Coeficientes diretos de insumo cuja ordem é (n x n), e os vetores colunas de ordem (n x 1) X e Y representam respectivamente os valores da produção total (X) e os valores da demanda final de cada setor (Y).

A demanda final é tratada como exógena ao sistema e isto implica que:

$$X = BY \quad (2)$$

$$X = (I - A)^{-1} Y \quad (3)$$

Em que B é a matriz Inversa de Leontief $(I - A)^{-1}$. Desse modo, a equação 3 apresenta a solução do modelo de insumo-produto proposto por Leontief (1941, 1966). Assim, por meio de variações (choques exógenos) na demanda final, obtém-se variações na produção (impacto).

3 BASE DE DADOS E TRATAMENTO DAS VARIÁVEIS

Para realizar este trabalho foi utilizada a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e estados, elaborada pelo Banco do Nordeste – BNB em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, ano base 2004, que desagregou produtos e serviços da matriz de produção original passando de 111 para 169 produtos na matriz estimada de produção do Nordeste, bem como os setores, que foram desagregados de 55 para 111 setores (GUILHOTO et al., 2010).

Na matriz utilizada foi realizada uma agregação para 52 setores e mantida a abertura espacial de dez regiões sendo os nove estados do Nordeste mais o resto do Brasil. Essa desagregação seguiu os critérios adotados pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) do IBGE. A vantagem mais evidente para utilização dessa base de dados é a possibilidade da mesma oferecer uma desagregação das principais atividades turísticas¹ como:

1. Transporte rodoviário de passageiros²;
2. Transporte aéreo de passageiros;
3. Transporte aquaviário de passageiros;
4. Serviços de alojamento; e
5. Serviços de alimentação;

Vale salientar que as atividades referentes a Agência de viagens e Cultura e lazer estão agregadas no setor Outros serviços. É importante salientar que o primeiro é mais demandado no emissivo e não no destino. Portanto, não afeta tanto o impacto econômico do turismo.

Um primeiro passo para realizar a análise de impacto é estimar a receita média anual gerada a partir dos gastos realizados pelos turistas em cada estado do Nordeste. Para isso, utiliza-se a metodologia proposta por Ribeiro; Andrade; Motta (2014) que é dada pela equação 4.

$$RMe = PMe * GMpc * Fe \quad (4)$$

em que:

RMe – receita média anual estimada;

PMe – permanência média do turista (em dias);

GMpc – gasto médio diário per capita;

Fe – fluxo anual estimado.

A matriz utilizada tem seus valores mensurados em R\$ milhão de 2004. Portanto, fez-se necessário deflacionar os valores encontrados a preços de 2011 para preços de 2004. Para isso utilizou-se o IGP-DI constante obtido junto ao IPEADATA. É importante observar também que a receita média anual foi calculada a partir do gasto médio diário per capita estimado, portanto, trata-se de receita média anual “estimada”. Os dados relativos à receita média, os quais serão utilizados para realizar a análise de impacto econômico do turismo nos estados nordestinos são consolidados na Tabela 1.

¹ Segue a classificação da pesquisa do IBGE - Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica 2000 a 2005. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37902.pdf>.

² Este setor também inclui o serviço de aluguel de transportes.

Tabela 1: Receita Média da Atividade Turística por Estado do Nordeste

ESTADO	Permanência Média (dias) (a)	Gasto Médio per capita (dia) R\$ (b)	Fluxo Estimado (mil) (c)	Receita Média 2011 (a x b x c)	RMe 2004 R\$ milhão
Alagoas	8,62	107,14	1.946	1.797.311.774	1.262
Bahia	10,50	65,70	6.593	4.548.475.326	3.193
Ceará	8,44	78,81	4.614	3.067.403.209	2.154
Maranhã	10,78	46,21	2.049	1.020.708.357	717
Paraíba	10,12	52,02	1.409	741.638.750	521
Pernambuco	9,30	69,32	4.558	2.938.915.228	2.063
Piauí	10,13	43,09	1.032	450.294.153	316
Rio Grande do Norte	9,44	74,95	2.754	1.947.613.521	1.367
Sergipe	8,80	59,40	747	390.490.465	274

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FIPE e da Fundação CTI/NE

Em termos de permanência média, os nove estados nordestinos têm um alto índice de permanência média (em média 9,6 dias), sendo que no relatório executivo³ elaborado pelo Ministério do Turismo em parceria com a FIPE, a média em nível Brasil é de 9 dias. Os estados Maranhão, Bahia, Piauí e Paraíba estão acima da média, ao passo que Sergipe, Alagoas e Ceará estão abaixo. A média do gasto per capita em 2011 dos nove estados nordestinos foi de R\$ 66,29. A média deste gasto para o Brasil no mesmo ano foi de R\$ 57,60. Destaca-se dos demais estados, Alagoas, cujo gasto médio diário per capita foi de R\$ 107,14 (FIPE, 2012).

No que remete ao fluxo turístico, os estados da Bahia (25,6%), Ceará (17,9) e Pernambuco (17,7%) representaram em 2011 mais de 60% do fluxo total da região Nordeste. Em particular, a Bahia, além de ser o maior estado em termos territoriais, detém diversos atrativos turísticos cuja divulgação aliada ao conhecimento que os turistas apreendem acerca desse atrativo já sedimentou no trade turístico nacional e internacional.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 1, percebe-se que as receitas médias, a preços de 2004, dos estados da Bahia (R\$ 3.193 milhões), Ceará (R\$ 2.154 milhões) e Pernambuco (R\$ 2.063 milhões) ficaram muito acima da média regional (R\$ 1,3 milhões). Dentre os estados menores em termos territoriais e econômicos, merece destaque a RME do Rio Grande do Norte (R\$ 1.367) e Alagoas (R\$ 1.262).

Para a análise de impacto precisa-se dos dados da RMe desagregados por atividade econômica, no entanto essa informação não está disponível nesse nível de detalhamento. Assim, foi utilizado o *share* referente aos dados de emprego⁴ das atividades turísticas como *proxy* para desagregar o gasto por atividade. Essa desagregação pode ser visualizada na Tabela 2.

³ Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2010/2011.

⁴ Disponibilizado em extrator.ipea.gov.br/ - Cooperação técnica entre o Ipea, o Ministério do Turismo e a CODEPLAN/DF, voltada à realização de estudos e pesquisas sobre o setor turismo.

Tabela 2: Receita média por setor de atividade turística 2004 – R\$ milhão

ESTADOS	ATIVIDADES					
	Transporte Rodoviário de passageiros	Transporte Aéreo de passageiros	Transporte Aquaviário de passageiros	Serviços de Alimentação	Serviços de Alojamento	Outros serviços
Alagoas	171	34	1,7	396	547	111
Bahia	459	97	19	987	1390	242
Ceará	397	87	1	815	684	169
Maranhão	142	30	13	206	276	49
Paraíba	79	13	0,8	199	189	40
Pernambuco	356	74	3	723	732	176
Piauí	60	14	0,3	101	123	18
Sergipe	48	7	0,8	97	95	27
Rio Grande do Norte	171	35	6	402	673	81

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FIPE e do IPEA

Convém ressaltar que na Tabela 2 as atividades Agência de viagem e Cultura e lazer estão agregadas no setor Outros serviços, bem como Aluguel de transportes foi agregado ao setor Transporte rodoviário de passageiros. O objetivo disto foi obter uma compatibilização com a estrutura setorial da matriz utilizada.

É perceptível que os setores Serviços de alimentação e Serviços de alojamento detêm a capacidade de concentrar a receita média, e isso não deve causar estranhezas porque são setores que, de certa maneira, tornam-se imperativos e fundamentais quando da permanência do turista. Em outras palavras, hospedagem e alimentação são os principais destinos dos gastos turísticos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados a partir de simulações com a matriz de insumo-produto interregional permite identificar qual o impacto econômico que os gastos turísticos provocam nas variáveis econômicas: produção, PIB, emprego e tributação⁵ em termos regionais e setoriais.

A Tabela 3 resume os impactos macroeconômicos, em termos percentuais, sobre algumas variáveis selecionadas. Nesta tabela são retratados os impactos nas grandes regiões: Brasil, resto do Brasil e Nordeste. Os dados trazidos na Tabela 3 representam aumentos em termos percentuais dessas variáveis em relação ao cenário-base das mesmas retratados na matriz de insumo-produto utilizada.

⁵ Buscou-se analisar o impacto no ICMS nacional por ser uma variável que está desagregada na matriz utilizada. Além disso, calcula-se também os efeitos de transbordamento desse gasto para fora da região Nordeste.

Tabela 3: Impacto macroeconômico do gasto turístico sobre variáveis selecionadas 2004 (%)

ESTADOS	PRODUÇÃO	PIB	EMPREGO	ICMS
Brasil	0,7	0,6	1,4	1,2
Resto do Brasil	0,2	0,1	0,1	0,001
Nordeste	4,2	3,9	6,1	7,6

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com a MIP.

Em termos de produção, os gastos turísticos realizados na região Nordeste em 2011, expandiu sua produção total em 4,2%. Em relação a esse impacto, 80,3% foi absorvido pela própria região ao passo que 19,6% transbordou para o restante do Brasil na forma de vazamentos. Este vazamento representou um crescimento de 0,2% da produção do resto do Brasil. Em relação ao ICMS, os gastos turísticos aumentaram em 7,6% a arrecadação nordestina e 1,2% a arrecadação brasileira.

Percebe-se, ainda, que o impacto provocado no emprego, assim como no PIB, exerce pouca influência no resto do Brasil quando comparado com a região Nordeste, mas, também, no Brasil como um todo. É de se esperar tal resultado porque as atividades características do turismo, na sua maioria, são desenvolvidas na própria localidade.

Os gastos turísticos realizados na região em 2011 geraram crescimento no PIB brasileiro na ordem de 0,6% ao passo que na própria região esse impacto foi de 3,9%. Em termos de impacto no emprego, o Brasil apresentou crescimento na ordem de 1,4% ao passo que na própria região o impacto alcançou 6,1%. Em termos estaduais, a Figura 1 revela os impactos econômicos sobre o PIB e emprego nos estados nordestinos.

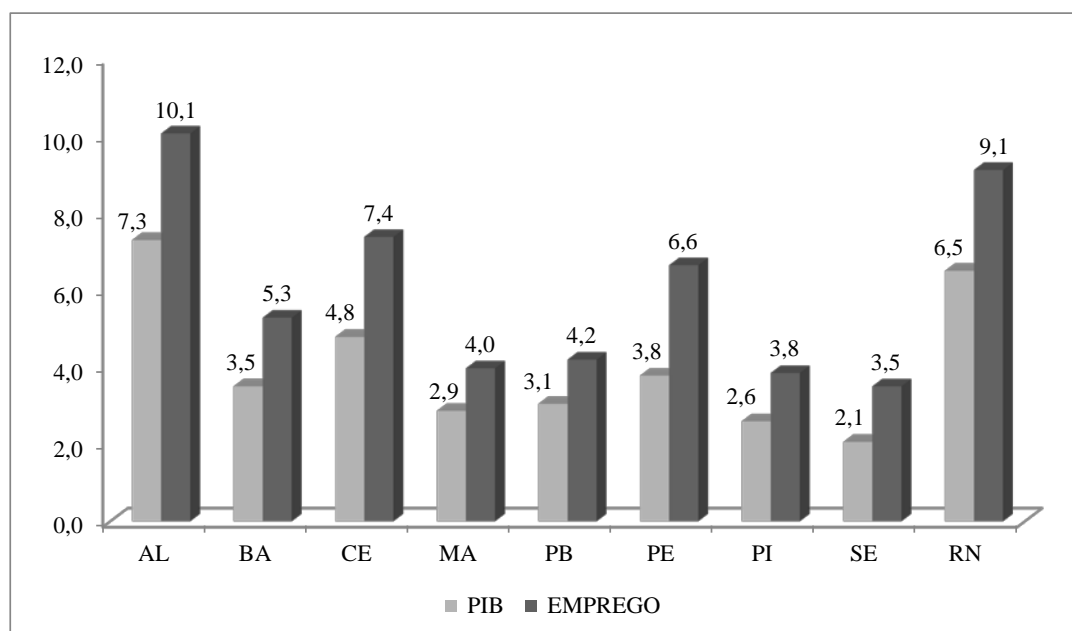


Figura 1: Impactos sobre variáveis macroeconômicas (%) – Emprego e PIB

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com a MIP.

O impacto no emprego e no PIB dos estados de Alagoas (10,1% emprego e 7,3% PIB) e Rio Grande do Norte (9,1% emprego e 6,5% PIB) chamam a atenção. Isto pode ser explicado, em parte, porque o gasto médio per capita diário para os dois estados no ano em análise foram de

R\$ 107,14 e R\$ 74,95 respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 1, acima da média de gastos médios para o Brasil em 2011. Assim, dada a característica linear dos modelos de insumo-produto, é de se esperar que os estados que apresentam os maiores gastos sejam os mesmos que apresentam os maiores impactos. Além disso, esses estados têm menores economias e, portanto, mais sensíveis a impactos.

Excluindo Alagoas e Rio Grande do Norte, os estados da Bahia (5,3% emprego e 3,5% PIB), Pernambuco (6,6% emprego e 3,8% PIB) e Ceará (7,4% emprego e 4,8% PIB), maiores destinos turísticos da região, também apresentaram resultados interessantes se aproximando, em termos relativos, ao desempenho nordestino. Isto pode ser explicado em decorrência do fluxo estimado para os três estados no ano em análise, colocando o Estado da Bahia em primeiro lugar no *ranking*, Pernambuco em segundo e Ceará em terceiro lugar e muito acima dos outros estados.

A Figura 2 revela os impactos econômicos sobre o ICMS e a produção nos estados nordestinos, decorrente dos gastos turísticos realizados na região em 2011. Mais uma vez, os estados Alagoas (16,9% ICMS e 9,0% produção) e Rio Grande do Norte (13,4% ICMS e 7,9% produção) se destacam em relação ao Nordeste, porém, seguidos do Ceará (9,7% ICMS e 4,8% produção).

Um dos motivos que podem ter provocado tal desempenho pode ser também justificado por meio da variável gastos médios per capita por dia, aliado ao fluxo turístico, tendo em vista que essas variáveis são componentes importantes para a apuração da RMe turística, a qual é tributada pelo ICMS e, portanto, influencia diretamente o seu volume de arrecadação.

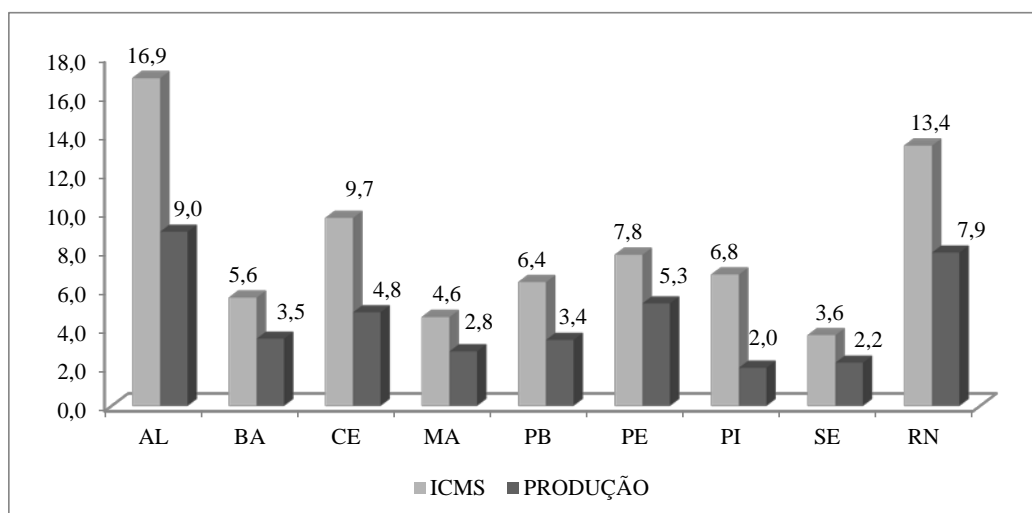


Figura 2: Impactos sobre variáveis macroeconômicas (%) – ICMS e Produção
 Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com a MIP.

Alagoas e Rio Grande do Norte superam o desempenho do Nordeste de forma notória sendo que a expansão desses estados é respectivamente 16,9% e 13,4% para o ICMS e 9,0% e 7,9% para a produção.

Percebe-se que nos nove estados nordestinos o impacto positivo no ICMS ocorre dentro da normalidade esperada, apresentando uma proporção de 1,91⁶, em média, relativa ao impacto na produção. O Piauí chama a atenção, pois, sua relação ICMS/Produção é de 3,40, muito acima da média de 1,91. Uma possível explicação para tal fato pode ser o não atendimento da

⁶ Dividindo-se o percentual do impacto no ICMS pelo percentual do impacto na produção.

produção interna para satisfazer a demanda provocada pela atividade turística, o que significa dizer que o Piauí, além de ser um Estado pouco industrializado, mantém um nível de importação de produtos elevado para atender a esta demanda.

Em relação aos impactos setoriais, a Tabela 4 apresenta o grau de absorção do impacto do PIB setorial de acordo com cada unidade espacial investigada. Em outras palavras, revela como o impacto se distribui ao longo dos estados nordestinos. É importante salientar que a última coluna representa o quanto deste impacto transbordou para o resto do Brasil (RBR) na forma de vazamentos.

Tabela 4: Grau de absorção do impacto setorial sobre o PIB (continua...)

Setores\Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	SE	RN	Nordeste	RBR
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	3,4	16,7	5,6	3,8	2,8	6,5	1,9	1,0	1,9	43,6	56,4
Pecuária e pesca	2,0	16,9	6,9	6,3	3,3	5,0	2,1	1,7	3,2	47,4	52,6
Petróleo e gás natural	0,2	11,2	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	4,6	4,7	22,3	77,7
Minério de ferro	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,7	99,3
Outros da indústria extrativa	3,5	4,1	2,7	6,6	2,7	3,1	0,2	3,4	3,1	29,3	70,7
Alimentos e Bebidas	3,2	16,0	14,7	2,9	3,0	18,1	2,5	1,6	2,3	64,4	35,6
Produtos do fumo	5,8	17,7	9,1	2,4	3,1	8,8	2,0	2,0	5,5	56,4	43,6
Têxteis	1,6	5,1	20,4	0,1	9,0	2,4	0,0	3,7	9,6	51,9	48,1
Artigos do vestuário e acessórios	0,2	4,9	23,8	0,1	1,8	2,5	2,5	1,3	11,9	49,0	51,0
Artefatos de couro e calçados	0,5	12,7	23,9	0,4	6,4	2,5	0,9	0,5	2,0	49,8	50,2
Produtos de madeira - exclusive móveis	0,3	4,2	0,2	0,9	0,5	1,1	0,0	0,1	0,1	7,4	92,6
Celulose e produtos de papel	0,2	1,5	2,4	1,2	1,5	5,3	0,2	0,1	0,2	12,7	87,3
Jornais, revistas, discos	1,6	0,9	3,2	0,4	5,2	10,4	0,3	0,3	0,9	23,2	76,8
Refino de petróleo e coque	0,0	29,1	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	30,7	69,3
Álcool	8,8	1,5	0,0	1,0	4,5	7,5	0,1	0,4	1,0	24,8	75,2
Químicos	1,3	16,1	2,9	0,7	0,2	3,4	0,0	0,7	0,1	25,4	74,6
Artigos de borracha e plástico	0,4	4,6	0,8	0,1	0,6	1,0	0,1	0,1	0,5	8,4	91,6
Cimento	3,4	3,5	6,9	0,5	5,8	10,1	1,2	4,2	0,8	36,2	63,8
Outros produtos de minerais não-metálicos	1,1	2,1	4,5	0,2	3,8	13,3	0,2	0,9	0,5	26,7	73,3
Fabricação de aço e derivados	0,0	9,0	0,2	1,1	0,1	0,8	0,0	0,1	0,0	11,4	88,6
Metalurgia de metais não-ferrosos	0,0	10,3	1,3	0,7	0,0	4,3	0,0	0,0	0,0	16,7	83,3
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	0,2	7,1	1,9	0,1	0,5	11,6	0,1	0,9	0,1	22,6	77,4
Máquinas e equipamentos	0,3	2,1	1,5	0,1	0,2	1,1	0,0	0,0	0,5	5,8	94,2
Eletrodomésticos	0,0	2,7	6,9	0,0	0,0	0,4	0,0	3,1	0,0	13,1	86,9
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,0	22,9	0,3	0,0	0,3	0,3	0,0	0,2	0,0	24,1	75,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,0	10,1	0,6	0,1	0,1	11,3	0,0	0,1	0,1	22,5	77,5

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com a MIP.

Tabela 4: Grau de absorção do impacto setorial sobre o PIB (conclusão)

Setores\Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	SE	RN	Nordeste	RBR
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	0,2	2,9	0,5	0,1	0,1	1,5	0,2	0,1	0,2	5,7	94,3
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	0,2	9,0	5,6	0,1	0,7	0,6	0,1	0,1	0,3	16,7	83,3
Indústria automobilística	0,6	0,8	0,7	0,1	0,3	0,7	0,1	0,2	0,8	4,3	95,7
Outros equipamentos de transporte	0,3	10,3	0,3	0,0	0,0	0,5	0,3	0,1	0,0	11,9	88,1
Indústria diversas	8,0	12,4	6,5	0,8	1,5	4,9	2,3	1,1	1,3	39,0	61,0
SIUP	8,3	21,0	13,5	2,5	3,6	11,7	2,0	2,5	6,1	71,2	28,8
Construção	7,2	21,7	10,8	2,7	2,7	10,1	1,6	2,3	7,8	67,0	33,0
Comércio	8,2	23,1	15,0	4,2	3,8	14,3	2,5	1,8	8,7	81,5	18,5
Transporte de carga	5,1	19,9	12,8	3,6	2,7	12,3	1,9	2,0	5,6	65,9	34,1
Transporte Rodoviário de passageiros	7,1	25,1	22,3	9,0	4,1	18,7	2,9	2,8	7,6	99,7	0,3
Transporte Aéreo de passageiros	6,8	25,7	23,0	8,8	3,3	18,2	3,2	1,9	7,4	98,2	1,8
Transporte Ferroviário de passageiros	5,5	21,9	12,7	3,2	2,2	17,5	1,6	1,7	6,0	72,3	27,7
Transporte Aquaviário de passageiros	2,8	40,6	2,6	32,5	1,8	7,0	0,6	2,0	9,9	99,7	0,3
Atividades Auxiliares de Transportes - Passageiros	7,8	23,3	17,3	5,4	3,3	15,4	2,7	2,0	8,0	85,3	14,7
Correios	5,8	21,7	13,0	3,4	3,2	11,8	2,0	2,1	7,1	70,3	29,7
Serviços de informação	8,5	20,2	11,9	2,7	3,2	11,8	2,1	1,8	7,9	70,0	30,0
Intermediação financeira e seguros	5,9	19,1	12,1	2,7	3,0	10,6	2,1	1,6	6,2	63,4	36,6
Serviços imobiliários e aluguel	7,8	21,8	13,1	3,5	3,7	13,0	2,4	2,1	9,2	76,5	23,5
Serviços de manutenção e reparação	9,5	21,8	15,3	4,4	3,8	15,4	2,8	1,9	8,3	83,2	16,8
Serviços de Alojamento	11,9	29,1	14,6	6,9	4,5	14,5	2,5	2,3	13,8	100,0	0,0
Serviços de Alimentação	10,3	24,7	20,7	6,2	5,6	17,2	2,5	2,8	9,9	99,8	0,2
Serviços prestados às empresas	5,7	22,1	13,5	2,8	2,7	12,9	1,9	2,0	6,8	70,3	29,7
Educação mercantil	7,3	20,9	12,7	3,5	3,5	12,3	2,4	2,0	8,2	72,8	27,2
Saúde mercantil	7,8	22,2	13,6	3,4	3,7	13,1	2,4	1,9	8,7	76,7	23,3
Outros serviços	11,6	25,6	17,9	5,9	4,8	18,6	2,1	3,1	8,8	98,4	1,6
Serviços públicos	6,3	18,7	12,6	2,7	3,2	12,8	1,9	1,8	7,6	67,6	32,4

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com a MIP.

O que se pode perceber por meio da Tabela 4 é que, à exceção das atividades que compõe o segmento de serviços, os impactos setoriais no PIB do resto do Brasil são superiores na maioria das atividades quando comparado ao Nordeste. Isto pode ser justificado devido às características da demanda proveniente da atividade turismo, em que geralmente os insumos são fornecidos na própria localidade.

Há uma divisão apropriada entre os setores de serviços, cuja absorção do impacto ocorre localmente, e indústria, cuja maior absorção ocorre no resto do Brasil. Isto também já era de se esperar porque, no país, as regiões Sul e Sudeste são mais industrializadas do que a região Nordeste, o que comprova sua dependência no tocante a produtos industrializados para atender a demanda interna. Em outras palavras, isto revela a fragilidade estrutural da cadeia produtiva nordestina, como já apontado por Ribeiro et al. (2013).

Como era de se esperar, os setores Transporte rodoviário de passageiros (99,7%), Transporte aéreo de passageiros (98,2%), Transporte aquaviário de passageiros (99,7%), Serviços de alojamento (100%), Serviços de alimentação (99,8%) e Outros serviços⁷ (98,4%), correlatos à atividade turismo, foram os que, em nível de Nordeste, apresentaram maior nível de absorção.

Além dos setores relacionados à atividade turismo, destacam-se os setores Alimentos e bebidas (64,4%), Produtos do fumo (56,4%), Têxteis (51,9%), SIUP (71,2%), Construção (67,0%) e Comércio (81,5%). Destes setores, o que mais chama a atenção é o setor de Alimentos e bebidas devido ao fato de ser ofertante de insumos para o ser Serviços de alimentação e que, portanto, está indiretamente relacionado com a atividade turismo. Todavia, mesmo assim denota um vazamento de 35,6% para o resto do Brasil. O setor Comércio apresenta absorção local bastante significativa cuja explicação está na característica da demanda turística ocorrer no destino, ou seja, os turistas tendem a consumir produtos do comércio local.

Outro fato que chama a atenção é que os setores Agricultura, silvicultura, exploração florestal e Pecuária e pesca, que são atividades potencialmente fornecedores indiretas de insumos para a atividade turismo⁸, apresentaram absorção do impacto da atividade de 43,6% e 47,4%, respectivamente para a região contra 56,4% e 52,6% para o resto do Brasil. Isto pode significar que a região Nordeste não produz o suficiente para atender sua demanda interna tendo que importar produtos agropecuários de outras regiões.

Dentre os nove estados nordestinos, em termos relativos, destacam-se os estados Bahia, Ceará e Pernambuco cujos impactos em determinados setores estão bem acima dos outros estados, principalmente nos setores diretamente ligados à atividade turismo. Isto fica evidente na Tabela 5. Vale a ponderação de que esses estados apresentam as economias mais modernas e dinâmicas da região (ARAÚJO, 2004; GUIMARÃES NETO, 1997).

⁷ Agrega as atividades turísticas agências de viagens e cultura e lazer.

⁸ Fornecimento de matéria-prima para processamento de alimentos em restaurantes e hotéis.

Tabela 5: Grau de absorção do impacto setorial Bahia, Ceará e Pernambuco – Sobre o PIB (em %)

Setores\Estados	BA	CE	PE	Nordeste	RBR
SIUP	21,0	13,5	11,7	71,2	28,8
Construção	21,7	10,8	10,1	67,0	33,0
Comércio	23,1	15,0	14,3	81,5	18,5
Transporte de carga	19,9	12,8	12,3	65,9	34,1
Transporte Rodoviário de passageiros	25,1	22,3	18,7	99,7	0,3
Transporte Aéreo de passageiros	25,7	23,0	18,2	98,2	1,8
Transporte Ferroviário de passageiros	21,9	12,7	17,5	72,3	27,7
Transporte Aquaviário de passageiros	40,6	2,6	7,0	99,7	0,3
Atividades Auxiliares de Transportes - Passageiros	23,3	17,3	15,4	85,3	14,7
Correios	21,7	13,0	11,8	70,3	29,7
Serviços de informação	20,2	11,9	11,8	70,0	30,0
Intermediação financeira e seguros	19,1	12,1	10,6	63,4	36,6
Serviços imobiliários e aluguel	21,8	13,1	13,0	76,5	23,5
Serviços de manutenção e reparação	21,8	15,3	15,4	83,2	16,8
Serviços de Alojamento	29,1	14,6	14,5	100,0	0,0
Serviços de Alimentação	24,7	20,7	17,2	99,8	0,2
Serviços prestados às empresas	22,1	13,5	12,9	70,3	29,7
Educação mercantil	20,9	12,7	12,3	72,8	27,2
Saúde mercantil	22,2	13,6	13,1	76,7	23,3
Outros serviços	25,6	17,9	18,6	98,4	1,6
Serviços públicos	18,7	12,6	12,8	67,6	32,4

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com a MIP.

Além disso, o Ceará se destaca nos setores Têxteis (20,4%), Artigos do vestuário e acessórios (23,8%), Artefatos de couro e calçados (23,9%) e Alimentos e bebidas (14,7%). A Bahia chama a atenção para o setor de Refino de petróleo e coque (29,1%), mas também se destaca nos setores Agricultura, silvicultura, exploração florestal (16,7%), Pecuária e pesca (16,9%), Alimentos e bebidas (16,0%), Produtos do fumo (17,7%) e Máquinas para escritório e equipamentos de informática (22,9%). Pernambuco se destaca com o setor Alimentos e bebidas (18,1%). Vale lembrar que o setor do Refino de petróleo tem relações intersetoriais com o segmento de Transportes de passageiros por meio do fornecimento de combustíveis.

Seguindo a mesma lógica da Tabela 4, a Tabela 6 apresenta o grau de absorção do impacto no emprego setorial de acordo com os estados nordestinos. Ao contrário do resultado para o PIB, percebe-se que a maior parte dos impactos sobre os empregos setoriais se concentram na própria região, à exceção da agropecuária e alguns setores industriais.

Tabela 6: Grau de absorção do impacto setorial sobre o emprego (continua)

Setores\Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	SE	RN	Nordeste	RBR
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	8,3	20,9	7,5	3,4	5,4	14,8	1,5	1,7	3,7	67,1	32,9
Pecuária e pesca	2,5	21,8	10,9	8,9	5,3	8,2	2,5	2,5	4,3	66,9	33,1
Petróleo e gás natural	0,3	9,7	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	5,8	4,7	22,0	78,0
Minério de ferro	0,1	0,4	0,3	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1	1,3	98,7
Outros da indústria extrativa	5,0	6,5	3,6	6,3	3,9	5,9	0,2	6,5	5,2	43,1	56,9
Alimentos e Bebidas	2,5	16,6	16,8	2,6	3,3	18,4	2,3	1,6	3,2	67,2	32,8
Produtos do fumo	7,6	18,6	9,2	3,1	4,5	11,6	2,4	2,3	9,4	68,8	31,2
Têxteis	2,2	4,3	20,0	0,1	12,6	1,7	0,0	4,2	15,8	60,9	39,1
Artigos do vestuário e acessórios	0,4	6,6	25,4	0,1	2,7	3,2	3,1	1,6	21,4	64,4	35,6
Artefatos de couro e calçados	0,4	14,7	17,3	0,3	6,7	2,2	0,6	0,4	2,4	45,1	54,9
Produtos de madeira - exclusive móveis	0,5	6,2	0,3	1,5	1,0	1,8	0,1	0,1	0,3	11,7	88,3
Celulose e produtos de papel	0,3	0,8	3,4	1,7	2,0	10,1	0,2	0,1	0,4	18,9	81,1
Jornais, revistas, discos	2,3	1,7	3,8	0,5	8,8	13,3	0,4	0,4	1,8	32,9	67,1
Refino de petróleo e coque	0,0	25,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	26,2	73,8
Álcool	15,2	2,0	0,0	1,6	8,5	7,0	0,2	0,6	2,2	37,2	62,8
Químicos	0,6	12,6	2,9	0,8	0,2	4,2	0,1	0,5	0,1	22,0	78,0
Artigos de borracha e plástico	0,4	4,1	0,6	0,1	0,7	1,0	0,1	0,1	0,6	7,7	92,3
Cimento	4,4	3,7	7,0	0,6	8,4	6,9	1,2	4,7	1,3	38,2	61,8
Outros produtos de minerais não-metálicos	1,9	3,0	6,3	0,3	7,1	17,1	0,3	1,4	1,2	38,5	61,5
Fabricação de aço e derivados	0,0	10,5	0,2	0,9	0,1	0,7	0,0	0,0	0,0	12,4	87,6
Metalurgia de metais não-ferrosos	0,0	13,0	1,3	0,7	0,0	4,6	0,0	0,0	0,0	19,6	80,4
Produtos de metal - exclusive máquinas e equi	0,2	7,6	1,4	0,1	0,5	8,8	0,0	0,8	0,1	19,6	80,4
Máquinas e equipamentos	0,4	3,3	1,9	0,1	0,4	1,6	0,0	0,1	0,8	8,6	91,4
Elerodomésticos	0,0	4,5	10,1	0,0	0,0	0,7	0,0	4,7	0,0	20,0	80,0
Máquinas para escritório e equipamentos de ii	0,0	19,8	0,2	0,0	0,3	0,3	0,0	0,1	0,0	20,8	79,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,0	11,0	0,5	0,0	0,1	9,4	0,0	0,1	0,1	21,3	78,7

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com a MIP.

Tabela 6: Grau de absorção do impacto setorial sobre o emprego (conclusão)

Sectores\Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	SE	RN	Nordeste	RBR
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	0,2	5,4	0,7	0,2	0,2	2,4	0,3	0,1	0,3	9,7	90,3
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	0,3	14,7	7,2	0,1	1,3	1,1	0,1	0,2	0,6	25,7	74,3
Indústria automobilística	0,8	0,8	0,5	0,1	0,4	0,8	0,2	0,3	1,2	5,1	94,9
Outros equipamentos de transporte	0,3	11,8	0,3	0,0	0,1	0,8	0,4	0,1	0,1	13,8	86,2
Indústria diversas	6,3	11,9	5,1	0,7	1,4	4,6	1,8	0,9	1,5	34,2	65,8
SIUP	3,5	23,4	14,5	3,4	4,0	15,5	2,3	2,0	10,5	79,1	20,9
Construção	7,4	19,9	15,7	2,6	3,3	14,5	1,8	2,3	9,4	77,0	23,0
Comércio	8,3	23,4	15,7	3,9	4,2	18,8	2,7	2,0	9,3	88,2	11,8
Transporte de carga	6,6	21,9	16,3	1,8	3,3	15,9	2,5	2,3	5,7	76,2	23,8
Transporte Rodoviário de passageiros	8,3	22,4	22,6	9,3	4,0	19,0	2,9	2,3	8,9	99,8	0,2
Transporte Aéreo de passageiros	8,1	22,4	23,6	9,2	3,1	18,7	3,3	1,6	8,8	99,0	1,0
Transporte Ferroviário de passageiros	7,7	20,9	15,1	3,0	2,5	20,3	1,9	1,7	8,1	81,2	18,8
Transporte Aquaviário de passageiros	3,3	38,4	2,5	33,9	1,6	6,7	0,6	1,7	11,1	99,8	0,2
Atividades Auxiliares de Transportes - Passageiros	9,8	22,4	18,5	6,0	3,4	16,5	3,0	1,8	9,8	91,1	8,9
Correios	7,9	21,8	15,1	4,0	3,5	14,0	2,4	2,0	9,5	80,2	19,8
Serviços de informação	9,7	21,6	11,9	3,3	3,4	13,2	2,2	2,1	10,1	77,4	22,6
Intermediação financeira e seguros	7,1	23,2	13,8	2,9	3,3	11,0	2,5	2,0	7,6	73,6	26,4
Serviços imobiliários e aluguel	7,2	25,9	12,6	3,1	3,4	12,5	2,1	1,9	8,4	77,0	23,0
Serviços de manutenção e reparação	9,6	22,3	14,0	3,9	3,5	19,8	2,7	1,8	7,9	85,5	14,5
Serviços de Alojamento	10,5	25,0	15,7	6,8	4,1	19,2	2,8	2,3	13,6	100,0	0,0
Serviços de Alimentação	8,9	22,5	22,8	4,9	4,4	22,9	2,3	2,1	9,0	99,9	0,1
Serviços prestados às empresas	8,7	24,7	12,0	3,0	3,4	13,3	1,8	1,7	9,3	77,9	22,1
Educação mercantil	8,4	20,0	14,4	5,2	4,9	12,4	3,4	2,8	12,0	83,6	16,4
Saúde mercantil	8,7	22,5	15,0	4,7	5,0	12,7	3,2	2,6	12,2	86,6	13,4
Outros serviços	13,8	25,6	16,0	4,6	3,8	23,1	1,8	2,5	7,9	99,1	0,9
Serviços públicos	7,2	20,6	15,2	3,1	3,7	14,5	2,1	2,1	9,2	77,7	22,3

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com a MIP.

Este fato é de fácil compreensão porque é evidente que a demanda por mão-de-obra da atividade turismo, além de ser na maior parte demandada do setor serviços, deve ser, com raras exceções, plenamente satisfeita pela oferta de trabalho local.

Como foi dito, é evidente na Tabela 6 que, os setores que estão diretamente ligados à atividade turismo concentram a absorção do impacto no emprego em quase sua totalidade na própria região, tais como: Transporte rodoviário de passageiros (99,8%), Transporte aéreo de passageiros (99,0%), Transporte aquaviário de passageiros (99,8%), Serviços de alojamento (100%), Serviços de alimentação (99,9%) e Outros serviços (99,1%). Em relação a esses segmentos, o efeito de transbordamento para o resto do Brasil é insignificante e está entre 0,0 e 1,0%.

Voltando o olhar para os demais setores, percebe-se que os setores industriais apresentam efeito de transbordamento para o resto do Brasil bastante significativo, variando entre 54,9% (Artefatos de couro e calçados) até 98,7% (Minério de ferro), demonstrando, mais uma vez como já foi dito, a fragilidade estrutural da cadeia produtiva nordestina.

Dentre esses setores, os que mais impactaram a região Nordeste foram: Comércio (88,2%), SIUP (79,1%), Construção (77,0%), Produtos do fumo (68,8%), Agricultura, silvicultura, exploração (67,1%), Alimentos e bebidas (67,2%), Pecuária e pesca (66,9%), Artigos do vestuário e acessórios (64,4%) e Têxteis (60,9%). Percebe-se que, as atividades da agropecuária, como já dito, não conseguem atender a demanda interna na sua totalidade, fato este evidenciado com o transbordamento de 33,9% para o setor Agricultura, silvicultura, exploração e 33,1% para o setor Pecuária e pesca.

Outro fato relevante está evidenciado nos setores Refino de petróleo e coque e Máquinas para escritório e equipamentos de informática, cujo Estado da Bahia (25,0% e 19,8% respectivamente) se destaca contribuindo com quase a totalidade da absorção do impacto no Nordeste (26,2% e 20,8% respectivamente). Observa-se também que existem casos isolados de contribuição em quase 50% do total do impacto em diversos setores principalmente nos estados Bahia e Pernambuco.

Mais uma vez, no tocante aos setores diretamente relacionados com a atividade turismo, os estados Bahia, Ceará e Pernambuco apresentam impacto de absorção muito acima dos outros estados, incluindo desta vez entre eles o Rio Grande do Norte que apresenta para os setores Transporte aquaviário de passageiros (11,1%), Serviços de alojamento (13,6%) e, para os demais, impactos que variam entre 7,9% a 9,0%. Convém frisar que Alagoas, Maranhão Paraíba, Piauí e Sergipe apresentam absorção que, em alguns setores, se aproximam das de Rio Grande do Norte, mas, que estão muito aquém das apresentadas pela Bahia, Ceará e Pernambuco.

Curiosamente, a média de absorção do impacto setorial no emprego, no tocante aos setores diretamente relacionados com a atividade turismo, para os nove estados nordestinos é de 11%, sendo que no setor Transporte aquaviário de passageiros no estado do Maranhão merece destaque, pois, a absorção foi de 33,9%, acompanhando a Bahia (38,4%). Os demais estados apresentaram números que variam de 0,6% a 6,7%.

De forma geral, percebeu-se que a atividade turística gerou impactos positivos no Nordeste. É claro que a magnitude do impacto, bem como seu grau de absorção são heterogêneos entre os seus estados devido, em parte, a estrutura produtiva de cada estado e ao montante do gasto turístico realizado naquele destino.

No entanto, será que esses impactos positivos foram acompanhados por uma melhoria na distribuição de renda? Em outras palavras, quais os efeitos dos gastos turísticos sobre a desigualdade regional? Na tentativa de responder tais questionamentos, calculou-se o índice de GINI⁹ a partir do PIB dos estados nordestinos antes (*ex-ante*) e depois (*ex-post*) das simulações. O resultado indica uma melhora, mesmo que marginal, no que remete a redução da concentração da riqueza, uma vez que o índice de GINI teve uma redução de aproximadamente 0,16%. Ao contrário de investimentos realizados em infraestrutura em Minas Gerais, os quais aumentaram as disparidades no estado (DOMINGUES; MAGALHÃES; FARIA, 2009), os gastos turísticos realizados no Nordeste em 2011 tiveram um efeito positivo sobre a desigualdade regional.

Do ponto de vista setorial, a Tabela 7 revela a variação percentual do índice de GINI a partir do PIB setorial¹⁰ das 52 atividades econômicas consideradas neste estudo. Percebe-se que a maioria dos setores (55,8%) apresentaram redução deste indicador, o que significa melhoria na distribuição de riqueza entre os setores. Como esperado, as atividades turísticas apresentaram as variações mais significativas, já que as mesmas foram as que receberam os choques nas simulações. Dentre essas, somente Transporte rodoviário e aquaviário de passageiros contribuíram para a concentração de renda, uma vez que a variação do GINI nesses setores foi positiva, com 2,17% e 4,85%, respectivamente. No entanto, aqui vale a ponderação de que essas duas atividades turísticas são relativamente menos demandadas.

Percebe-se ainda que a maioria das atividades que apresentaram variações positivas do índice de GINI são segmentos industriais, com destaque para Alimentos e bebidas, cuja variação foi de 0,61%.

⁹ $G = 1 - \sum_{k=0}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)$. Em que G é o índice de Gini; X e Y são as proporções cumulativas das variáveis população e renda, respectivamente.

¹⁰ Vale lembrar que é considerado o valor do PIB setorial antes e depois das simulações.

Tabela 7: Variação do Índice de GINI setorial antes e depois das simulações (%)

Setores de Atividade	GINI ex ante	GINI ex post	Variação GINI (%)	Setores de Atividade	GINI ex ante	GINI ex post	Variação GINI (%)
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	0,4718	0,4709	-0,19	Pecuária e pesca	0,3375	0,3386	0,31
Outros da indústria extrativa	0,4093	0,4088	-0,12	Petróleo e gás natural	0,6854	0,6855	0,01
Artefatos de couro e calçados	0,7068	0,7068	0,00	Minério de ferro	0,5028	0,5031	0,05
Celulose e produtos de papel	0,6609	0,6599	-0,14	Alimentos e Bebidas	0,4052	0,4077	0,61
Químicos	0,7311	0,7309	-0,04	Produtos do fumo	0,5014	0,5014	0,00
Fabricação de aço e derivados	0,7712	0,7710	-0,03	Têxteis	0,5373	0,5374	0,00
Metalurgia de metais não-ferrosos	0,7873	0,7873	0,00	Artigos do vestuário e acessórios	0,5985	0,5987	0,03
Máquinas e equipamentos	0,5842	0,5842	-0,01	Produtos de madeira - exclusive móveis	0,6216	0,6216	0,00
Eletrodomésticos	0,6915	0,6915	0,00	Jornais, revistas, discos	0,5279	0,5282	0,06
Indústria automobilística	0,8724	0,8723	-0,01	Refino de petróleo e coque	0,8348	0,8352	0,05
Indústria diversas	0,4346	0,4346	0,00	Álcool	0,5606	0,5608	0,04
SIUP	0,4112	0,4106	-0,16	Artigos de borracha e plástico	0,6064	0,6064	0,00
Construção	0,3942	0,3941	-0,01	Cimento	0,3503	0,3503	0,00
Comércio	0,3680	0,3680	0,00	Outros produtos de minerais não-metálicos	0,4673	0,4676	0,07
Transporte de carga	0,4921	0,4884	-0,76	Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	0,6790	0,6791	0,02
Transporte Aéreo de passageiros	0,4803	0,4485	-6,62	Máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,8684	0,8685	0,01
Transporte Ferroviário de passageiros	0,6894	0,6880	-0,20	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,7418	0,7419	0,01
Atividades Auxiliares de Transportes - Passageiros	0,4849	0,4802	-0,98	Material eletrônico e equipamentos de comunicações	0,6899	0,6899	0,01
Correios	0,3105	0,3097	-0,27	Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptic	0,7241	0,7241	0,00
Serviços de informação	0,3630	0,3628	-0,07	Outros equipamentos de transporte	0,7669	0,7677	0,10
Intermediação financeira e seguros	0,3956	0,3951	-0,11	Transporte Rodoviário de passageiros	0,3104	0,3171	2,17
Serviços imobiliários e aluguel	0,3758	0,3756	-0,07	Transporte Aquaviário de passageiros	0,5427	0,5690	4,85
Serviços de manutenção e reparação	0,4574	0,4544	-0,67	Serviços públicos	0,2945	0,2945	0,01
Serviços de alojamento	0,5219	0,4126	-20,93				
Serviços de alimentação	0,4522	0,4159	-8,02				
Serviços prestados às empresas	0,4726	0,4715	-0,25				
Educação mercantil	0,4344	0,4342	-0,05				
Saúde mercantil	0,5295	0,5293	-0,03				
Outros serviços	0,3869	0,3809	-1,57				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da MIP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar o impacto dos gastos turísticos na região Nordeste em 2011 e seus efeitos sobre a desigualdade regional. Para isso foram realizadas simulações por meio de um modelo de insumo-produto interregional.

Os resultados foram reportados em escala macroeconômica, regional e setorial. De forma geral, os mesmos revelaram impactos positivos na região Nordeste. Considerando a variável produção, os gastos turísticos resultaram em um aumento de 4,2%, sendo que 80,3% na própria região. Além disso, a atividade turística contribuiu para a melhoria da distribuição de renda na região Nordeste, uma vez que houve uma redução relativa do índice de GINI.

Merecem destaque os resultados observados nos estados de Alagoas e Rio Grande do Norte. O desempenho acima dos demais estados da região (em relação a PIB e Emprego) pode ser justificado, pela importância econômica da atividade turística na estrutura produtiva destes estados, associado a um perfil de produto turístico mais desenvolvido, no sentido de uma maior oferta de atrativos e serviços, o que se traduz em uma receita média per capita bem acima dos demais estados da região.

Os transbordamentos foram mais intensos nos segmentos industriais quando comparados aos setores de serviços, cuja absorção primordialmente se dá localmente. Neste sentido, economias mais desenvolvidas como as dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará apresentaram menores vazamentos.

Os resultados apresentados neste trabalho revelaram o esperado em relação a teoria econômica sobre o impacto dos gastos em uma economia. Especificamente para a atividade turística nos estados nordestinos, este impacto está relacionado a uma combinação de maior receita média (que reflete a maturidade do produto turístico) e importância relativa do turismo em relação ao conjunto da economia.

É importante que se tenha cuidado com a possibilidade de uma análise superficial sobre o grau de vazamento no setor industrial como um todo, que pode levar a sugestões de políticas tipo “substituições de importações” sem nenhum comprometimento com a eficiência econômica.

A atualização dos dados da matriz regional e o desenvolvimento de modelos de EGC interregionais que por suas características esclarecem com mais clareza as restrições provenientes da escassez de recursos e alterações nos preços (HADDAD; PORSSE; RABAHY, 2013), podem contribuir para análises mais completas em relação aos impactos econômicos da atividade turística nas diversas regiões brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ABLAS, L. A. Efeitos do turismo no desenvolvimento regional. **Turismo e Análise**, v. 2, n. 1, p. 42–52, 1992.
- ANDRADE, J. R. L. Análisis económico de la demanda del turismo doméstico en Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 13, n. 1, p. 143–159, 2003.
- ARAÚJO, T. B. Northeast, Northeast: what Northeast. **Latin American Perspectives**, v. 31, p. 16–41, 2004.
- ARCHER, B. H. Importance of tourism for economy of Bermuda. **Annals of Tourism Research**, v. 22, n. 4, p. 918–930, 1995.
- AZZONI, C. R. Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico: reflexões com base em duas regiões atrasadas de São Paulo. **Turismo em Análise**, v. 3, n. 1, p. 37–53, 1993.
- AZZONI, C. R.; MENEZES, T. A. Cost competitiveness of international destinations. **Annals of Tourism Research**, v. 36, p. 715–734, 2009.
- BLAKE, A. et al. Tourism and poverty relief. **Annals of Tourism Research**, v. 35, n. 1, p. 107–126, 2011.
- CASIMIRO FILHO, F.; GUILHOTO, J. J. M. Matriz de insumo-produto para a economia turística brasileira: construção e análise das relações intersetoriais. **Análise Econômica**, v. 21, n. 4, p. 227–261, 2003.
- DOMINGUES, E. P.; MAGALHÃES, A. S.; FARIA, W. R. Infraestrutura, crescimento e desigualdade regional: projeção dos impactos dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Minas Gerais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 39, n. 1, p. 121–158, 2009.
- DOMINGUES, E. P.; RIBEIRO, L. C. S. Estratégias de desenvolvimento regional no Brasil. In: HANSEN, D. L.; SANTANA, J. R. (Eds.). **Planejamento e estratégias para o desenvolvimento: a agenda econômica de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. p. 23–41.
- FIPE. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011**. Relatório Executivo Produto 6, 2012.
- FLETCHER, J. E. Input-output analysis and tourism impact studies. **Annals of Tourism Research**, v. 16, p. 514–529, 1989.
- GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de insumo-produto do Nordeste e estados: metodologia e resultados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- GUIMARÃES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 37–54, 1997.

HADDAD, E. A.; PORSSE, A. A.; RABAHY, W. A. Domestic tourism and regional inequality in Brazil. **Tourism Economics: the business and finance of tourism and recreation**, v. 19, n. 1, p. 173–186, 2013.

LEONTIEF, W. **The structure of the american economy, 1919-1939: an empirical application of equilibrium analysis**. New York: Oxford University Press, 1941.

LEONTIEF, W. **Input output economics**. New York: Oxford University Press, 1966.

MAGALHÃES, A. S.; DOMINGUES, E. P. **Economia de Baixo Carbono no Brasil: Alternativas de Políticas e Custos de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa**: 2013. (Texto para Discussão, 491) CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte: [s.n.].

MILLER, R. E.; BLAIR, P. D. **Input-Output Analysis: Foundations and Extensions**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2009.

PEROBELLI, F. S.; DOMINGUES, E. P.; RIBEIRO, L. C. S. **Desigualdades intrarregionais na região Nordeste: Uma análise de decomposição espacial**. XIX Forum BNB de Desenvolvimento/ XVIII Encontro Regional de Economia da ANPEC. **Anais...**Fortaleza: 2013

PRATT, S. The economic impact of tourism in SIDS. **Annals of Tourism Research**, v. 52, p. 148–160, 2015.

RIBEIRO, L. C. S. et al. Suape: novo polo de crescimento? **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, p. 29–60, 2013.

RIBEIRO, L. C. S.; ANDRADE, J. R. L.; MOTTA, G. P. Impactos económicos de los gastos turísticos en Sergipe u sus efectos colaterales en el resto de Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 23, p. 447–466, 2014.

ROSE, A. Input-output economics and computable general equilibrium models. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 6, p. 295–304, 1995.

SOUZA, P. I. A.; SILVEIRA NETO, R. M. **Turismo no Nordeste: Afinal, qual é a importancia da atividade para a região?**XIII Encontro Regional de Economia. **Anais...**Fortaleza: 2008

STYNES, D. J. **Economic impacts of tourism: a handbook for tourism professionals**. Urbana, IL: University of Illinois, Tourism Research Laboratory., 1997.

TAYLOR, J. E. **Technical guidelines for evaluating the impacts of tourism using simulation models**. Technical Notes No. IDB-TN-229, 2010.

VIANA, F. D. F.; DOMINGUES, E. P.; DINIZ, C. C. Infraestrutura turística no Nordeste: uma análise de projeção de impactos do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste - PRODETUR/NE II. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 2, p. 54–69, 2014.

ZHOU, D. et al. Estimating economic impacts from tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 1, p. 76–89, 1997.